

## TURISMO E DESENVOLVIMENTO: TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO DA REGIÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA

**Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto**

Professor no Instituto Federal da Bahia Campus Porto Seguro  
Pós-doutorando na Universidade de Coimbra  
Bolsista CAPES  
[cerqueiraneto.mg@gmail.com](mailto:cerqueiraneto.mg@gmail.com)

**Leonardo Thompson da Silva**

Professor no Instituto Federal da Bahia Campus Porto Seguro  
Doutorando em Geografia na Universidade Federal da Bahia – UFBA  
Bolsista FAPESB  
Em estágio de doutoramento sanduíche na Universidade de Coimbra  
Bolsista PDSE/CAPES  
[leonardothompson@gmail.com](mailto:leonardothompson@gmail.com)

### RESUMO

O turismo se tornou um setor de extrema importância para a economia de países, regiões e cidades; muitas vezes visto como a salvação econômica dos lugares. No Extremo Sul da Bahia não é diferente, a região com sua beleza litorânea tem se transformado para atender o chamado trade do turismo. Este artigo não apresenta uma crítica pela crítica sobre o turismo, mas, convida para uma análise de um cenário onde o turismo aparece como uma solução inquestionável para se atingir um estágio de desenvolvimento. A reflexão que se apresenta mostra o perigo da especialização espacial para a economia e a perversidade do desenvolvimento que exclui social e economicamente a maioria dos moradores das cidades turísticas.

**Palavras-chave:** Território; Região; Bahia; Economia.

### TOURISM AND DEVELOPMENT: TRANSFORMATIONS IN THE TERRITORY OF THE EXTREME SOUTH OF BAHIA

### ABSTRACT

Tourism has become a very important sector for the economy of countries, regions and cities; often seen as the economic salvation of places. In the Extreme South of Bahia is no different, the coastal region with its beauty has been transformed to meet the answer the call trade tourism. This article does not present a criticism by critics on tourism, but calls for a review of a scenery where tourism appears as an unquestionable solution to reach a stage of development. The reflection that present shows the danger of space expertise to the economy and the perversity of development that excludes socially and economically most residents of tourist cities.

**Keywords:** Territory; Region; Bahia; Economy.

---

Recebido em 20/07/2014  
Aprovado para publicação em 27/05/2015



O assunto é merecedor de análise científica pela representatividade na atividade turística e sua articulação multidisciplinar e multidimensional. Há necessidade desse conhecimento das sociedades receptoras de turismo para o entendimento das transformações socioespaciais, pois, fora de controle, as cidades turísticas degeneram, prejudicando assim a própria atividade econômica.

Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se abordagem qualitativa e quantitativa com técnicas e procedimentos metodológicos que relacionam as discussões teóricas de autores, com a práxis desenvolvidas sobre a região do Extremo Sul da Bahia. Nesse sentido, apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa, com discussões conceituais sobre a inter-relação entre turismo e desenvolvimento (BARRETTO, 1995; ROSS, 1997; CRUZ, 1999; YÁZIGI, 1999; BENI, 2000; MOESCH, 2002; CORIOLANO, 2005). Discute-se, também, autores que abordam a temática no recorte empírico estudado (MENDONÇA JÚNIOR *et al.*, 2000; NUNES, 2002; SILVA; SILVA, 2003; BRUNELLI, 2006; SILVA, 2006; CERQUEIRA NETO, 2009). A ideia foi estabelecer um diálogo entre as teorias que abordam a questão da relação turismo, desenvolvimento, sociedade e espaço, junto ao recorte empírico articulado com a prática.

## NATUREZA E TURISMO

A intervenção nos espaços físicos com finalidades turísticas, atualmente, não se mostra diferente de outras atividades econômicas puramente voltadas para atender o mercado global, expressa nos chamados megaprojetos. A construção do ambiente natural, que levou milhões de anos para ser sedimentada, vem sendo modificada pelo turismo de forma abrupta e com consequências não apenas no meio ecológico, mas também nas variáveis sociais. E, no momento não há perspectiva de que o turismo esteja preocupado ou que tenha uma metodologia consistente para solucionar problemas causados por sua expansão, talvez porque “do ponto de vista de uma teorização do turismo no Brasil, há uma carência quase total de fundamentos” (YÁZIGI, 1999, p.25). O resultado das ações do turismo tem recebido um cuidado de teóricos ligados a outros campos científicos. Não vamos, aqui, discutir o papel do turismo enquanto ciência, até porque ele “considerado como uma atividade científica necessita de embasamentos dos critérios da cientificidade” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.99), ademais, não compete a esta pesquisa aprofundar nessa questão. Por isso, a opção em analisar os seus impactos no espaço, mesmo porque “não existe turismo sem espaço” (YÁZIGI, 1999, p.153-154). Assim, o turismo é abordado neste artigo como uma variável econômica que modifica os lugares.

Numa descrição apoiada exclusivamente em conceitos da geografia física, Barretto (1995, p.40) diz que “os recursos turísticos naturais são aqueles nos quais não houve intervenção do homem, tais como florestas, acidentes geográficos, formações rochosas”. Uma descrição clássica do que é a primeira natureza. Esta proposta de Barretto (1995), em atribuir aos elementos naturais de uma paisagem como recursos do turismo levanta a questão sobre o que é próprio de uma ciência ou o que pertence a um determinado segmento da economia. Assim como estudar o meio ambiente ou o desenvolvimento dos lugares não é exclusividade de nenhuma ciência, por mais que alguns queiram se intitular proprietários intelectuais desses assuntos. O próprio turismo, enquanto tema de pesquisa, desperta o “interesse geográfico, assim como o econômico, político, social, educacional” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.12) permitindo uma análise de acordo à metodologia de cada ciência.

Os recursos naturais podem servir de objeto de estudo para uma dezena de ciências ou ser explorados, no sentido também de pesquisa, por outras entidades como laboratórios de farmácia ou do ramo de cosmética, prospecções mineralógicas etc. Então, os recursos naturais não são de uso exclusivo do turismo, mas com possibilidades de uso para tal. Haveria uma delimitação de áreas naturais separando-as para a exploração dessa ou daquela ciência ou atividade econômica? E quais critérios seriam utilizados para a destinação de cada atividade? De quem preserva mais ou de quem produz mais? Uma única resposta para estes questionamentos causaria injustiças acadêmicas, dada a postura interdisciplinar que avança em diversas áreas do conhecimento.

A utilização dos componentes físicos de uma paisagem pelo turismo criou o chamado ecoturismo, que na visão crítica de Yázigi (1999, p.115) significa “uma doce ilusão e uma moda introduzida na década de 80, é mais um lenitivo inventado pelo capitalismo para combater os

estragos que ele mesmo criou”. Para Sachs (1986, p.75) “seria totalmente errôneo considerar o ambiente como mais um setor da economia a ser concentrado à longa lista de setores tradicionais”. Este segmento do turismo que se apresenta um defensor do uso racional dos elementos naturais movimenta grandes quantias e é na mesma proporção excludente, a partir do momento em que áreas são delimitadas para a sua prática e o seu acesso é limitado a uma pequena parte da sociedade. Daí o porquê do turismo ser considerado “um fenômeno próprio das classes ricas e médias, daqueles que podem comprar lazer” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.13), principalmente o segmento chamado eco.

Os recursos naturais só podem se tornar riquezas através da tecnologia que os transforma pensada pelo homem. Barretto (1995, p.14) traduz claramente a participação do homem na valorização de um elemento natural que diz que “as Cataratas do Iguaçu, há um século, sem nada, não representaria um recurso turístico propriamente, pois poucos aventureiros ousariam ir lá, através da selva”; daí não ser justo estabelecer que a ação antrópica, no meio ambiente, seja abordada somente com caráter destrutivo, pois, se esquece “do homem como ser social e agente modificador dos ambientes naturais, ou o contrário, tratar o social, desmerecendo o ambiente é negar a própria essência do homem – sua inteligência” (ROSS, 1997, p.82). Com isso, não se quer dizer que o homem não vem interferindo de maneira desastrosa no meio ambiente causando danos muitas vezes irreversíveis para todo um sistema, mas, também não se pode negar os avanços nos estudos que objetivam o uso sustentável do meio ambiente.

Os espaços que são adaptados para a atividade turística (cidades, praias, montanhas, etc.) não tem portas nem cercas, a natureza e o homem já os criaram, o que necessita é aperfeiçoá-los, conservá-los e compreendê-los objetivando uma utilização sustentável.

## **TURISMO X TERRITÓRIO: UMA RELAÇÃO A SER REPENSADA**

É inegável que o turismo, se bem manejado, representa uma via de desenvolvimento não só de um município, mas de toda uma região. Dos vinte e um municípios que compõem a região do Extremo Sul da Bahia oito possuem litoral, e entre eles há grandes disparidades que vão desde a influência política até diferenças físicas de suas praias. Contudo, as diferenças de cultura, de arquitetura, de história, por exemplo, entre os lugares litorâneos da região não são fundamentais para explicar o desenvolvimento de uns e o atraso turístico de outros. Ao contrário, essa diversidade deveria ser um diferencial para que a região como um todo se tornasse um ponto de irradiação de geração de riqueza para o seu interior. Mas a realidade do turismo na região é marcada pelo individualismo de cada lugar. Para Fontes (2006, p.150):

No turismo, assim como em outras atividades econômicas, as empresas se apoiam em projetos individualistas, orientados pela competitividade, visando muitas vezes, exclusivamente tirar proveito da totalidade do território e das singularidades de cada lugar, a curto e médio prazo, o que denota uma visão imediatista do setor, pautada na lógica capitalista de apropriação dos espaços para tirar o lucro, isso porque no setor de turismo também existe a guerra fiscal.

Ao se fazer uma analogia do turismo com uma grande indústria, pode-se perceber que ele gera benefícios e também pode causar danos, dependendo da linha de análise que for empregada. Alguns estudiosos do turismo rejeitam a ideia de tratá-lo como indústria por ele não produzir produtos ou não ter a mesma configuração de uma linha de produção como nas indústrias. No entanto, Gupta e Ferguson (2000, p.34) lembram que “a produção industrial de cultura, diversão e lazer atingiu pela primeira vez algo parecido com a distribuição global durante a era fordista”. Da mesma forma não tem como contradizer que a atividade turística promove efeitos econômicos de maneira direta e indiretamente (BARRETTO, 1995). Talvez por isso os lugares com vocação para tal atividade tenham despertado a cobiça de investidores e de políticos que usam em seus discursos a oferta de emprego e a visibilidade que aquele lugar poderá ter em todas as escalas geográficas. De acordo com Yázigi (1999, p.15) “desde que informações fizeram circular pelo mundo que o turismo está se posicionando entre as primeiras rentabilidades econômicas, vem ocorrendo uma frenética disputa por sua exploração”. Uma possível preocupação com a sociedade e o meio ambiente ganha importância após a

conclusão do empreendimento, onde a relação com a comunidade local já começa a sofrer desgastes, objetivando o marketing social e ambiental.

Semelhante aos moldes implantados pelas empresas do eucalipto, os pontos mais refinados do turismo no litoral do Extremo Sul da Bahia não utilizou da mão de obra local na intensidade que se esperava. Aliás, há uma constante queixa de todos os setores que compõem o turismo da região em afirmar que o recurso humano aqui é de qualidade questionável. Dar relevo à questão da ocupação de mão de obra não significa concordar com a retórica de que ela é o principal problema de uma comunidade em crise, pois existem outras variáveis que devam ser estudadas para que ocorra um projeto de desenvolvimento mais justo através da turistificação dos lugares. No entendimento de Cruz (1999, p.271) “a geração de empregos, por si só, não é capaz de resolver problemas econômicos estruturais, embora venha sendo utilizada como a principal bandeira do discurso sobre turismo em países pobres”. Ademais, em lugares desamparados por órgãos fiscalizadores encontra-se, com facilidade, trabalhadores para o turismo que não têm garantidos os seus direitos legais.

Pensar o turismo somente através da quantidade de leitos, qual o volume de pacotes vendidos, quantificar os hotéis e restaurantes com suas “estrelas”, lamentar o número de voos cancelados, quanto os hotéis perderam com a crise aérea, significaria simplificar a sua análise.

### **QUEM É O TURISTA?**

A atividade turística tem como característica, entre outros aspectos, o deslocamento de pessoas pelo espaço geográfico. Isso evidencia o turismo como um fenômeno sociocultural em sua essência. Nas diversas definições encontradas, é possível identificar algumas semelhanças nos conceitos, como: viagem ou deslocamento; a permanência fora do domicílio; temporalidade; sujeito; e objeto do turismo (BENI, 2000).

a) Viagem ou deslocamento: é um elemento implícito na noção de turismo, ligado ao próprio sentido etimológico do termo “tour”, que significa “viagem em circuito”, “deslocamento de ida e volta”.

b) Permanência fora do domicílio: a permanência fora da própria residência habitual é parte integrante do turismo. A duração da permanência é uma das variáveis principais na caracterização e classificação do fluxo turístico.

c) Temporalidade: a viagem e a permanência do viajante no destino têm que ser temporais, ou seja, não podem ter caráter definitivo. Aqueles que viajam no intuito de fixar residência não são considerados turistas, mas sim imigrantes.

d) Sujeito do turismo: o homem se situa no centro de todos os processos envolvidos no turismo. Com seus desejos e necessidades, dá origem às diversas atividades estimuladas pelo turismo. O turista é também fonte de uma série de elementos não-materiais que surgem da sua permanência na localidade turística e que se completam em uma série de relações humanas e materiais.

e) Objeto do turismo: o elemento concreto do turismo traduz-se nos equipamentos receptivos e no fornecimento dos serviços para a satisfação das necessidades dos turistas. Esses elementos são responsáveis pela produção, preparação e distribuição dos bens e serviços turísticos.

De acordo com Moesch (2002), a atividade turística pode ser entendida como:

Uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade (MOESCH, 2002, p. 09).

A autora acentua o caráter complexo da atividade e sugere uma abordagem interdisciplinar e multidisciplinar, que revele uma base sociocultural, onde os seres que se deslocam passam a ser o centro da discussão.

O turismo enquanto uma atividade moderna envolve “as pessoas nos espaços naturais e produzidos, relacionando as que podem viajar com as que não podem, ou entre os turistas e



residentes; além dos produtores dos serviços turísticos” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.12). Mas, quem são os que podem viajar? Se, se divide as várias categorias de turistas as quais o turismo tenta imputar através de uma metodologia ainda incipiente, chega-se a conclusão de que todas as pessoas podem viajar para um determinado destino, independentemente da distância percorrida, por qualquer razão.

Então quem é o turista? Barretto (1995) apresenta duas definições: uma adotada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e a outra proposta pensada pela União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO). A primeira Instituição se apega ao tempo de permanência de uma pessoa num país estrangeiro. A IUOTO também utiliza o tempo e a viagem feita por pessoas entre diferentes países, entretanto, acrescenta a categoria regional e diferencia o turista do excursionista. De acordo com Barretto (1995, p.26), estes são alguns “impasses conceituais ainda não resolvidos no âmbito acadêmico e oficial e que contribuem para dificultar os estudos e a confecção de estatísticas mais ou menos uniformes”. A dificuldade de uma uniformização também é vista quando há um esforço em definir as tipologias dos turistas, pois elas caem no vazio ao tentar estabelecer uma classificação, como pode ser observado no quadro 01.

**Quadro 01.** Propostas de classificação dos turistas.

<b>Autor</b>	<b>Proposta</b>
Plog (1972)	Alocêntricos, Messocêntricos (ou mediocêntricos) e Psicocêntricos.
Cohen (1972)	Nômades, Exploradores, Turistas de massa individuais e Turistas de massa organizados.
Cohen (1979)	Peregrinos modernos: Existenciais, Experimentais e Experienciais. Buscadores de prazer: Diversionários e Recreacionais.
Smith (1977)	Explorador, Turista de Elite, Off-beat, Inusual, Turista de massa incipiente, Turista de massa e Chater.
Macintosh e Grupta (1989)	Alocêntricos, Quase alocêntricos, Mediocêntricos, Quase psicocêntricos e Psicocêntricos.

Adaptado de Barretto, 1995.

**Elaboração:** CERQUEIRA NETO, S.P.G. (2005).

Todas as tentativas expostas no quadro 01 não possuem consistência metodológica, pois todos os tipos de turista descritos podem transitar por todas as categorias. O que irá ditar a sua classificação será o momento econômico e o seu estado de espírito na qual sua vida se encontra, portanto, altamente dinâmico, o que dificulta uma definição no espaço e no tempo. Mendonça Júnior; Garrido; Vasconcelos (2000) não falam em turistas, mas sim em visitantes para denominar as pessoas que, desde a década de 70, fazem de Porto Seguro um dos principais destinos turísticos do país. Diante dessas indefinições apresentadas, chega-se à conclusão de que o mais importante é elaborar planos de desenvolvimentos que possibilitem o deslocamento de pessoas, independentemente da sua condição social, econômica, cultural ou por qualquer motivação. As pessoas não são turistas, elas podem ficar turistas por um determinado tempo num dado lugar, pois, as pessoas “desempenham uma pluralidade de papéis, de acordo com os momentos e os lugares. Existem fases em que são operários no trabalho, funcionários, diretores, patrões, e em outras são sobretudo pais, chefes de família membros de tal ou tal igreja” (CLAVAL, 2001, p.53). Em alguns lugares ser turista representa pagar mais por serviços que é comum a comunidade residente; alguns juristas interpretam esta situação como um ato de discriminação.

Devido a fragilidade científica e a carência de uma epistemologia do turismo que uniformizem os tipos de turista existentes, optou-se por trabalhar com os conceitos das migrações que as pessoas realizam pelo espaço. Barretto (1995) chama a atenção para inconsistência de algumas proposições como o turismo de eventos e de negócios; o turismo cultural onde por vezes se apresenta de forma caricata e o turismo voltado para a terceira idade. O fundamental, aqui, saber o comportamento e os motivos pelos quais a maior parte da população se desloca, pois, ao se enveredar pelas ramificações de propostas existentes e aquelas que estão por vir, orientadas por quem faz do turismo sua sobrevivência, poderia correr o risco de cair num labirinto de intermináveis possibilidades de classificação.

Geografizando o turista para facilitar a análise do seu deslocamento, sugere-se, aqui, qualificá-lo como um migrante temporário. Talvez, o léxico migrante não agrade aos que possuem uma visão preconceituosa do seu significado que tem como estereótipo aquele indivíduo que sai de uma situação de dificuldade financeira ou miséria vivida no seu local de origem e que vai a busca de melhores condições de trabalho em outros lugares. Esta situação foi bastante retratada por Pierre George (1974) em suas análises sobre as migrações econômicas temporárias pelo mundo. No entanto, o ato de migrar é realizar uma passagem de um lugar para outro podendo ter o caráter de ser temporária, definitiva ou pendular. Para Hissa (1993, p.07) “as migrações podem ser trabalhadas tendo em conta os objetivos de mensuração de seu volume e de seu ritmo, como da definição de seu sentido”, o que possibilita entender o turista como um migrante que pertence a uma determinada classe econômica e social que vai favorecer ou não a sua mobilidade pelo espaço. De acordo com Santos (1982, p.31-32), “com a mundialização da sociedade, o espaço, tornado global, é um capital comum a toda a humanidade. Entretanto, sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular”; e as pessoas que não dispõem deste capital são limitadas no seu deslocamento para qualquer objetivo que seja.

Identificar as pessoas através do vocábulo “turista” é mais uma forma de selecionar as pessoas que podem receber um melhor tratamento por aqueles que visam o lucro através do turismo. Não raro os encontros que discutem o turismo sempre lançam a seguinte pergunta: que tipo de turista nós queremos? Evidentemente que a resposta desta indagação não será favorável para aqueles que fazem parte da grande fatia social do país.

As cidades que possuem símbolos naturais ou humanizados que podem se transformar em atrativos turísticos, devem ser planejadas para as pessoas, sejam moradores ou visitantes, visando o uso democrático, onde a harmonia entre lucro e socialização dos espaços possa acontecer. Contudo, é preciso lembrar que o aquecimento da atividade turística não se remete apenas criação de atrativos, existem outras variáveis que são importantes no processo como, por exemplo, “uma distribuição de renda que permita que segmentos cada vez mais amplos da população possam viajar” (BARRETTO, 1995, p.96-97), e com isso popularizar um ato que, na era moderna, sempre foi considerado como uma atividade pertencente a elite de uma sociedade.

## **TURISMO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL**

O Extremo Sul da Bahia possui duas regiões turísticas reconhecidas, por órgãos oficiais, como um grande potencial para o desenvolvimento do setor. São elas: A Costa do Descobrimento formada pelos municípios de Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro; e a Costa das Baleias formada por: Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri. Apesar do litoral de um, ser a continuidade do outro município, desde Belmonte (norte da região) a Mucuri (extremo sul da região), não há políticas públicas explícitas de integração efetiva entre eles. Existe uma grande disparidade, no que tange as influências da atividade turística no desenvolvimento inter e intra região. Números apresentados por Silva; Silva (2003) sobre os investimentos públicos no turismo dessas regiões ratificam a diferença entre ambas: enquanto a Costa do Descobrimento recebeu, no período de 1995 – 2001, U\$ 210.806 milhões, no mesmo período a Costa das Baleias teve investimentos na ordem de U\$ 93.819 milhões. Para entender essa disparidade de investimento é preciso entender como funciona cada uma com suas dinâmicas territoriais.

## **COSTA DO DESCOBRIMENTO**

Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro formam a região tratada pela maioria dos nossos livros didáticos de história como a primeira área brasileira a ser tomada por Pedro Álvares Cabral no ano de 1500, portanto, é considerada pela história oficial como a região do chamado descobrimento do Brasil. Mas entre os municípios não há um consenso sobre este fato, pois, todos eles reivindicam o *status* de ser o primeiro aonde o navegador português chegou pela primeira vez. Uma história que alguns municípios da Costa da Baleia também querem participar.

Esta região turística tem tido nos últimos anos uma explosão de investimentos. Mendonça Júnior; Garrido; Vasconcelos (2000), baseados em dados do IBGE, mostram que no ano de 1994 a população dos três municípios que compõem a Costa do Descobrimento totalizava

70.663 habitantes e que em 1998 passou para 108.219 habitantes. No último censo a região totalizou 187.491 habitantes. Para Cerqueira Neto (2005) a região pode estar passando por uma segunda colonização e que esta deve ser acompanhada atentamente, pois diferente da primeira colonização, hoje os estudos sobre a ocupação e configuração dos espaços estão em fase bastante adiantada podendo oferecer uma contribuição para minimizar os impactos no meio. Esta colonização moderna também apresenta os atores exógenos (investidores estrangeiros) e indivíduos de outras regiões do país. Do contingente nacional, o Extremo Sul da Bahia recebeu pessoas de diferentes níveis econômicos, sociais e educacionais. O crescimento populacional, também estudado por Silva e Silva (2003) mostrou que a região colocou dois dos seus municípios entre os que mais cresceram no estado: Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro aparecem em 1º e 2º lugares respectivamente. Segundo os autores, este crescimento se deu, entre outras atividades, ao turismo.

### **A COSTA DAS BALEIAS**

Esta região recebeu esta denominação por ter uma área propícia para o acasalamento das baleias Jubarte (*Megaptera novaeangliae*). Sendo assim, a Costa das Baleias é considerado como um santuário, uma área de preservação para a continuação dos maiores mamíferos do Planeta, pois é o único lugar do Atlântico Sul onde elas se reproduzem, mais especificamente no Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Portanto, sua origem não foi pensada para o turismo, mas para estudos científicos. O que se percebeu nos trabalhos de campo nesta região é que, talvez, o turismo tenha ficado em segundo plano ou tratado apenas como mais uma atividade geradora de emprego e renda, haja vista que, os municípios da Costa das Baleias se diferenciam dos localizados na Costa do Descobrimento a despeito da relação com a atividade turística. É evidente que as pessoas que dependem do turismo desejam um maior aprimoramento dos seus recursos para atraírem mais turistas, no entanto, se mostram satisfeitos com a qualidade dos visitantes que recebem nos períodos de alta temporada.

O turismo na Costa das Baleias também é marcado pela influência do Sudeste do país, haja vista que as praias desta região turística são chamadas de praias dos mineiros devido ao alto número de frequentadores oriundos do estado de Minas Gerais. No entanto, os mineiros não são somente turistas, são também investidores em diversos setores da economia nas cidades que estão nesta parte do litoral do Extremo Sul da Bahia. Este fato corrobora uma teoria que foi abordada nas primeiras partes da tese que trata o Extremo Sul da Bahia como uma área de investimentos de mineiros e capixabas. As cidades do Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri que compõem esta região, a qual o turismo tenta tomar para si a partir do momento que imputa a ela uma condição básica de ser turística, seguem um ritmo de uma cidade como qualquer outra, quer dizer que a vida de seus moradores não está atrelada somente à espera dos veranistas. A dinâmica dessas cidades segue a mesma de qualquer outra que seja considerada como um lugar receptor. Outras atividades econômicas são desenvolvidas ao longo do ano, como por exemplo, a agricultura, a silvicultura e a pecuária. Esta última exercendo uma grande influência na região, tendo o município do Prado em primeiro lugar com uma produção de 105.700 cabeças no ano de 2004.

Com um litoral rico em diversidade e quantidade de peixes apreciados em vários mercados consumidores, a atividade pesqueira provoca uma grande movimentação nas suas etapas de produção, que vão desde a confecção de embarcações até a venda do pescado. Por outro lado, ainda que seja uma atividade de grande importância para as comunidades da Costa da Baleia, a pesca não consegue reverter seus lucros para os municípios. Uma entrevista realizada com um dos líderes dos pescadores da região pôde-se constatar as seguintes informações que justificam esta situação: 1) barcos de outros estados, principalmente do Ceará e do Espírito Santo, pescam numa competição sem nenhum controle, 2) grande parte da produção passa para caminhões frigoríficos ou até mesmo para barcos maiores em alto-mar sem pagar impostos. Elaborar uma estrutura que possa melhorar as situações dos pescadores é uma meta que deve estar no topo da lista das necessidades destas cidades costeiras, porque nelas o mar é extensão do continente, portanto, tudo que se faz na água vai refletir na terra e vice-versa. Afinal, além de o litoral ser composto por morfologias de relevo diferenciadas, é também na “zona litorânea que vivem as chamadas comunidades tradicionais indígenas, de pescadores e suas famílias” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.121). Existe, claramente, uma



carência, ou um hiato, nos planos de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia em direção à parte litorânea, tanto nos seus aspectos físicos como sociais.

A multiplicidade de atividades econômicas nesta parte do Extremo Sul da Bahia diminui o processo de especialização através do turismo, evitando que os lugares fiquem a mercê de uma única atividade, o que pôde ser comprovado através dos números apresentados em tabelas anteriores sobre a produção rural nesta região do Extremo Sul da Bahia, com grande destaque para a pecuária. Por não apresentarem uma massificação turística, as cidades da Costa da Baleia conseguem ter um certo controle sobre sua urbanização, ainda que os preços dos lotes e imóveis sejam considerados mais acessíveis do que, por exemplo, os de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Houve uma elevação dos preços e dos aluguéis dos imóveis muito mais em função da atividade das empresas do eucalipto, incluindo suas terceirizadas, do que em decorrência de ser uma região turística.

Na Costa das Baleias é comum encontrar casas e lotes demarcados com muros ou cercas que ficam desocupados durante a baixa temporada, geralmente pertencentes a pessoas que moram em outros lugares da Bahia, em outras unidades da federação e até mesmo de outros países, o que pode, no futuro, comprometer principalmente os agentes naturais. Se houvesse uma política efetiva que controlasse este tipo de urbanização os seus efeitos benéficos passariam diretamente para o setor turístico através de: aumento nas ocupações de hotéis e pousadas, maior frequência nos restaurantes, contribuindo com mais receitas geradas pelos turistas. Mas, isso implicaria em planejar as cidades para os moradores, não, exclusivamente, para receber visitantes temporários.

#### **PORTO SEGURO: A VITRINE DO EXTREMO SUL DA BAHIA**

Sendo Porto Seguro uma referência, não só no turismo, mas, também o maior município em extensão territorial, em número de habitantes, por ter grande influência na política regional e estadual, é natural que receba um tratamento diferenciado nesta pesquisa, uma vez que seus problemas geográficos adquiriram a mesma proporção de sua grandiosidade nas escalas local, regional, nacional e global. Até atingir o status de cidade polo, Porto Seguro passou por diversas etapas do turismo que foi decisivo na construção dos seus ambientes. De um lugar frequentado por hippies ou pelas chamadas comunidades alternativas a um dos maiores pontos de atração turístico do Brasil, Porto Seguro foi se desenvolvendo de maneira espontânea, atraindo investimentos de todos os níveis e migrantes temporários e fixos de todas as classes sociais com objetivos diferentes.

Até meados da década de 80, verificava-se uma maior incidência de pequenos empreendimentos [...]. A descoberta de Porto Seguro pelos grandes operadores turísticos nacionais fez surgir um novo segmento: o turismo de massa; crescendo com ele o número de novos e maiores empreendimentos hoteleiros, que passaram a exercer forte pressão sobre a infraestrutura básica. (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2000, p.16).

Por ter se tornado um polo de atração populacional, Porto Seguro teve a sua urbanização feita pelos pequenos empreendimentos, pela instalação de grandes hotéis, construções de moradias particulares, condomínios fechados e invasões. Este crescimento urbano é próprio da migração (CASTELLS, 2000) e seus efeitos negativos, às vezes, se tornam difíceis de ser contidos ou mesmo solucionados, ainda que o município tenha um plano urbanístico, como é o caso de Porto Seguro. Por outro lado, de certa maneira criou-se o conceito de que o lugar que recebe grande número de pessoas se encontra num estágio de desenvolvimento, muito próprio de pensamentos dos planejadores da década de 1970. O inchaço populacional de Porto Seguro, em virtude da expansão do turismo, teve uma repercussão negativa no seu meio físico; um meio muito sensível pelas características de alguns dos seus ecossistemas como, mangues, restingas, falésias desnudas e foz de rios.

Não se pode dizer que as regiões turísticas do Extremo Sul da Bahia ficaram à margem de planejamentos para o desenvolvimento. No entanto, mesmo dotando de um plano de urbanização, elaborado em 1997, e o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR), em 1991, e posteriormente, pelo Plano Diretor Municipal, em 2006, pode-se

verificar uma ocupação fora dos princípios destes balizadores da organização do espaço, o que comprometeu grandes áreas naturais. E isto aconteceu tanto com construções de alto padrão como nos bairros planejados ou naqueles que são originados de invasões. A analogia feita com o planejamento das cidades na década de 1970 para receber o desenvolvimento através das indústrias e com as cidades do Extremo Sul da Bahia que estão sob a influência do turismo oferece uma contribuição para desfazer a ideia de que a ampliação dos problemas globais tem seu fator principal no crescimento populacional dos pobres (MARTINE, 1996). Na região grande parte das autuações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é nas obras de grande porte, em condomínios de luxo e em casas da classe “A” que ocupam e transformam de maneira irregular zonas que seriam a continuidade da atividade da natureza. Pobres e ricos deformam os ambientes, cada classe com sua necessidade, e o governo em todos os níveis se mostra incapaz de administrar o seu território. A preocupação com a proteção de Porto Seguro e toda a Costa do Descobrimento, relacionada com o inchaço do seu território, está explícita no relatório do Plano de Referências Urbanísticas Ambientais (PRUA) elaborado pelo Governo da Bahia (1997, p.05):

O fato da concentração populacional e a migração de cerca de 14.000 habitantes novos por ano (...) gera atualmente uma desestruturação insuportável para qualquer estrutura urbana e pode colocar em risco a imagem do destino turístico “Porto Seguro” e a “Costa do Descobrimento” e até arranhar a imagem “Bahia” no mercado turístico nacional e internacional.

Fica evidenciado que a preocupação principal do PRUA é o turismo, contudo, a elaboração de planos específicos para atender determinada atividade econômica acaba por privilegiar uma pequena parte da sociedade e concorre para que não haja uma interação com outros planos municipais que visem o ordenamento territorial (como Plano Diretor e Lei Orgânica Municipal, por exemplo). Os projetos de desenvolvimento pensados para esta região, considerada como berço da história da colonização portuguesa na América, mostrando o turismo como a principal e única atividade econômica possível, tornou-a somente para servir aos turistas sem se preocupar com a sociedade que nela habita. É perfeitamente compreensível que os lugares busquem um símbolo que oriente o seu desenvolvimento, porém, a radicalização do uso da especialização pode desencadear uma série de complicadores, sendo que o maior deles é a geração de conflitos sociais.

Os projetos de desenvolvimento para o turismo devem primar pelo desenvolvimento do turismo em conjunto com o cotidiano das localidades que recebem os empreendimentos, pois quando acaba a estação da alta temporada os moradores locais têm que continuar vivendo, e pessoas não podem ser pensados sob o regime da sazonalidade que é estabelecida pelos mecanismos que ditam os períodos de alta e de baixa estação. As populações que habitam em lugares turísticos necessitam de trabalho durante todos os meses do ano para suprir suas necessidades que não são diferentes de uma população que vive em qualquer outra cidade. Swarbrooke (2000, p.31) exemplifica como a sazonalidade influencia negativamente no campo socioeconômico:

A sazonalidade de muitos empregos no turismo também impede o desenvolvimento de uma estrutura de carreira. Por conseguinte, os empregados com bom potencial geralmente vão embora, porque não podem visualizar uma trajetória clara de carreira, já que a organização irá empregar, se o fizer, apenas um certo número de pessoas na temporada normal, que pode ter 4 ou 5 meses de duração.

Paradoxalmente, o PRODETUR age em sentidos contrários, pois ao mesmo tempo em que tenta organizar o uso e ocupação do solo, ele também provocou um grande fluxo de pessoas em direção a Porto Seguro, pois não deixa de ser um indicador de injeção de capital no município e aumenta as perspectivas na criação de novas vagas de emprego, e com isso, inevitavelmente “exerce pressão sobre a infraestrutura urbana [...], fazendo crescer o chamado mercado informal, que transfere um contingente de desempregados, e atrai novas pessoas para o setor de prestação de serviços – exercendo enorme pressão sobre o meio ambiente” (NUNES, 2002, p.214). A pressão ambiental a qual Nunes (2002) se refere pode ser explicitada quando se olha por trás das falésias de Porto Seguro, onde existe um panorama que

concretiza a disparidade social entre a parte turística e o cotidiano do município através da sua urbanização, com construções irregulares tanto que tange as áreas de ocupação quanto a questão legal da documentação.

Na outra ponta dessa urbanização desordenada, no sopé ou nos tabuleiros das falésias, na orla norte, estão os hotéis, os condomínios fechados, as grandes barracas e as casas consideradas de alto padrão, que “tentam” obedecer a uma legislação ambiental no que concerne à altura das construções. Atrás das falésias estão bairros e invasões que explodiram sobre residuais de vegetação nativa com construções, em sua maioria, irregulares. Portanto, a pressão sobre o meio ambiente é feita por todos os níveis econômicos, inclusive por obras construídas pelo Governo Federal como a BR-367 construída em 1973 que tem um dos seus limites laterais em contato com o mar. Assim, de pouco adianta estabelecer regras para as construções, como altura das edificações e o grau de inclinação dos telhados, se as mesmas, de certo modo, forçam a invasão de mangues, desvios ou morte de cursos hídricos, ocupação de encostas e áreas de vegetação nativa, através de uma horizontalização desmedida.

O Plano de Referências Urbanísticas Ambientais (PRUA) em 1997 aponta para a necessidade da implantação de verticalização, onde as construções não ultrapassariam quatro pavimentos ou os sete metros de altura, demonstrando a preocupação com a expansão da urbanização descontrolada. Infelizmente, esta expansão já pode ser verificada principalmente nos municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro.

O uso do território de Porto Seguro revela uma triste realidade geográfica na qual o município se encontra, num lamentável estágio de câncer ambiental que continua se alastrando sem sequer ter a esperança de um tratamento eficaz, atingindo moradores, turistas, comerciantes e ecossistemas naturais. Em 1997, o relatório do PRUA, descrevia a seguinte situação na maior cidade turística da região: “estamos na beira do colapso e da degradação irreversível” (PRUA, 1997, p.6). Este panorama de desmantelo urbano em Porto Seguro é interessante porque apresenta uma dicotomia que, teoricamente no seu caso, não deveria existir: dinheiro versus desenvolvimento. Geralmente, os governantes se queixam da falta ou das baixas arrecadações, da inexistência de investimentos locais para alegar uma situação de penúria do município, porém, este não é o caso de um dos mais requisitados destinos turísticos de todo o Nordeste brasileiro. De acordo com Fontes (2006, p.236) as “políticas têm favorecido o desenvolvimento de alguns espaços, em detrimento de outros, pois, desde o PRODETUR I (1991), que a cidade de Porto Seguro é a que recebe a maior parte dos investimentos públicos e privados”. Então o que justificaria as situações urbanas das periferias do município? Porque um grande número de pedintes (crianças, idosos) em suas ruas? Como não combater a degradação ambiental que já saiu do continente e foi para o mar? (Recife de Fora tem sua estrutura de corais em estágio avançado de comprometimento estrutural em decorrência do pisoteio dos turistas).

Voltando para os efeitos do PRODETUR na Costa do Descobrimento, há um questionamento interessante elaborado por Mendonça Júnior; Garrido; Vasconcelos (2000, p.18): será que o PRODETUR tem conseguido cumprir seus objetivos de promover o desenvolvimento turístico sustentável, garantindo a melhoria de qualidade e viabilidade econômica do destino turístico e, simultaneamente, assegurando a elevação das condições de vida da população residente na Costa do Descobrimento? Os próprios autores respondem na mesma página, afirmando que “o PRODETUR tem promovido o crescimento do turismo sustentável, gerando emprego, renda, elevação do padrão do visitante e a melhoria da qualidade de vida da população local”. Uma afirmação pertinente, mas passível de ser interpretada de outra forma quando se pensa que o turismo no Extremo Sul da Bahia ainda está longe de ser sustentável, pois não respeita os limites ambientes naturais; onde a geração de emprego as vezes não é acompanhada das garantias vigentes na legislação trabalhista; ou quando a qualidade de vida da população local ainda é precária, principalmente nos bairros periféricos.

É inegável que a implantação de alguns projetos contribuiu para a melhoria da vida das pessoas que vivem na Costa do Descobrimento, mas a grande questão é: se não fosse para atender aos turistas e investidores estes projetos aconteceriam? Ou não é necessário este tipo de questionamento num país onde o normal é atender o capital? Insistindo ainda na questão social, observa-se que é importante entender para quais moradores chegam os benefícios de alguns programas de desenvolvimento.

As pesquisas sobre o turismo que visam tão somente a satisfação do mercado e tendo nos índices a sua maior preocupação, esquecem de que ele é também uma atividade responsável pelo desenvolvimento econômico e social das comunidades onde são implantados seus atrativos. Ou este não será um dos seus objetivos? Uma outra ciência se ocupará dos desgastes sociais e ambientais provocados pelo turismo? Os estudos mais recentes mostram que a riqueza gerada pelo turismo em Porto Seguro está concentrada na elite empresarial e política, deixando grande parte de sua sociedade a margem dos benefícios que esta atividade econômica produz. É necessário que se pense em novas medidas inclusivas de ordem econômica e social visando a continuidade de Porto Seguro como atrativo turístico, mas, principalmente como cidade, haja vista que, antes de tudo, “a cidade é a forma essencial do povoamento” (GEORGE, 1974, p.62). Um povoamento carregado de significados que não podem ser mutilados em função de qualquer atividade econômica. A atividade turística, como qualquer outra atividade econômica, é efêmera diante da construção histórica de uma sociedade, por isso, deve-se privilegiar sempre os lugares das pessoas, pois eles representam um conjunto de significados.

### **PORTO SEGURO: ALÉM DAS PRAIAS**

Não há como não se encantar com a beleza do litoral de Porto Seguro, não precisaria de nenhuma intervenção humana para fazer dele um atrativo, pois a natureza se encarregou desta tarefa. Contudo, se fosse somente por causa do seu litoral, Porto Seguro seria mais um destino do Nordeste do Brasil, onde a beleza das praias é algo mais do que normal. Dentro do município sede e nos distritos de Arraial D’Ajuda, Trancoso e Caraíva existem belos tesouros humanos que infelizmente foram ou estão sendo corroídos pela ação natural do tempo ou estão escondidos por uma forma de se fazer turismo em que não se tem uma visão além das praias. Independente das discussões sobre o local do descobrimento do Brasil, o município de Porto Seguro abriga registros de grande importância para a história do país, e, é esta outra parte que deveria receber uma atenção especial, inclusive como forma de oferecer uma outra via para o desenvolvimento do turismo. Considerando que Porto Seguro é o ponto de partida da primeira colonização em solo brasileiro, mesmo assim, esta imagem nunca foi vendida como se deveria. O tipo de turismo que acontece em seu território não tem como objetivo destacar o valor histórico-cultural. Dos dez traslados que as operadoras de turismo oferecem ou indicam aos turistas quando estão em Porto Seguro, somente dois fazem uma breve parada em pontos que permitem contemplar alguns residuais da história local.

Símbolos tão significantes para a história do Brasil são ofuscados, privilegia-se outras atrações que demandam maiores gastos pelos visitantes, como as festas e os “luais” nas grandes barracas e casas noturnas. O comportamento da maioria dos guias é reflexo da atuação da empresa que monopolizou de forma voraz o turismo em Porto Seguro. Esta operadora age como qualquer outra grande empresa que não necessita de um ponto para se fixar. Se por um acaso do destino Porto Seguro não se tornar mais um atrativo turístico, para ela (a empresa) isso não fará a menor diferença, pois irá se transferir para um outro lugar. Para Amaral Filho (2002, p.03) este tipo de empresa tem “procurado desfazer e não criar raízes territoriais, visando à busca constante de competitividade através da procura de subsídios, mão de obra barata e facilidades de mercado”. Sendo assim, empresas poderosas como essa grande operadora do turismo, entendem que a sua função é tão somente oferecer uma viagem dos sonhos, por isso a espoliação do patrimônio cultural de Porto Seguro não faz parte das preocupações deste tipo de empresa.

Discutindo sobre a ação de uma grande operadora de turismo em Porto Seguro e sua relação com o espaço, Brunelli (2006, p.70) descreve o seguinte panorama: “as operadoras turísticas, em Porto Seguro, parecem decidir aquilo que deve ser mais visitado ou menos visitado no destino, o que interfere diretamente no cotidiano da comunidade, que tem no turismo sua atividade de sobrevivência”. Este tipo de ação não contribui para o aperfeiçoamento do turismo no município e, ainda, pode abandonar símbolos considerados de extrema relevância histórica e social para o conhecimento dos visitantes.

Infelizmente, as ações das empresas que exploram os turistas no município refletem diretamente nas atitudes das políticas locais em relação ao bem público, analisada com bastante propriedade por Nunes (2000, p.215): “os interesses econômicos, principalmente no



setor turístico e imobiliário são muito fortes, preocupando-se pouco com a questão cultural e arqueológica e a preservação ambiental e exigindo do poder público investimento em infraestrutura física e social”. Esses interesses demonstram também a fragilidade ou falta de vontade da política local em estabelecer algumas condições para que o ambiente seja utilizado maneira mais igual e racional. As características do turismo de Porto Seguro e sua dimensão territorial podem justificar o maior número de recursos destinados ao seu aparelhamento,

contudo, não se pode afirmar que ele esteja favorecendo uma melhor distribuição de renda e maior inclusão social, já que, pela estrutura concentradora existente, a sua apropriação não ocorre de modo equitativo, por essa razão, a reprodução de espaços turísticos como o de Porto Seguro, tem se dado de maneira desigual, promovendo o chamado processo de exclusão social (FONTES, 2006, p.133).

Uma das ferramentas que pode contribuir com a minimização dos impactos sociais e ambientais é um plano diretor ajustado com as necessidades locais, “mas, na maioria dos municípios da região [...] as administrações municipais não possuem Planos Diretores e nem equipes técnicas com experiência em planejamento urbano, e muito menos, em gestão ambiental” (SILVA, 2001, p.74). Esta carência de equipes, compostas por técnicos qualificados para propor projetos de uso adequado do espaço nestes lugares, é responsável pela evolução dos problemas ambientais. Mais grave é quando existem os planos que são apenas um modelo pronto, uma receita universal de projetos onde as empresas que se especializaram neste tipo de comércio apenas alteram o nome das cidades de um plano para outro. O que, de certa maneira, serve plenamente aos interesses de administradores desprovidos de qualquer comprometimento social e ambiental. Um projeto que trace metas de desenvolvimento geográfico (que chamamos de desenvolvimento amplo) e que realize um acompanhamento contínuo das transformações nos lugares do Extremo Sul da Bahia é de extrema necessidade, haja vista o aumento geométrico da sua urbanização, inclusive nas áreas litorâneas. O distrito de Trancoso que até a década de 80

ficou conhecido como uma vila tranquila, paisagem bucólica, de um modo simples de viver, e com visitas esporádicas, incorporou uma característica urbana, com afluxo de turistas, congestionamentos no trânsito, festas, shows, estabelecendo no momento, um processo incipiente de turismo de massa (SILVA, 2006, p.60).

Tanto os distritos de Arraial D’Ajuda e Trancoso parecem fugir do controle e do planejamento no que tange a sua urbanização e produção das atividades turísticas em seus espaços. A regulação do fluxo de turistas nestas comunidades se mostra através da variável econômica, pois os preços praticados nos seus estabelecimentos exigem que o visitante tenha uma maior condição econômica para frequentá-los.

Um projeto turístico está intimamente ligado ao desenvolvimento de um determinado lugar, e, aí é que se concentra uma problemática a ser abordada com muito empenho por aqueles que projetam os lugares para o turismo: a maioria dos lugares destinados ao turismo possui uma população e esta população será afetada diretamente por qualquer empreendimento turístico instalado no seu território. Então, há forçadamente uma mudança de hábitos nessa população que vai tentando se moldar ao novo ritmo de vida. Uma realidade que não pode ser negligenciada e que por isso deve-se avaliar a aplicabilidade e a duração do projeto, porque o turismo é basicamente uma atividade sazonal, porém as pessoas não podem viver como vegetais que florescem em uma determinada época do ano e “morrem” para reaparecerem em outra.

A sociedade local não pode ser sacrificada para atender o conforto dos turistas, como, por exemplo, sofrer racionamento ou até mesmo corte de água e energia elétrica na alta temporada. Uma situação vivenciada pelas classes sociais mais baixas que geralmente estão atrás das falésias de Porto Seguro.

Assim como na proliferação dos mosaicos de eucalipto na região, a atividade turística também foi incentivada de maneira concentradora pelo Estado. Silva (2006, p.55-56) diz que a criação da Empresa de Turismo da Bahia S/A (BAHIATURSA), em 1968, teve como objetivo principal “estimular a construção de hotéis e pousadas em locais de interesse turístico”. E estes



incentivos continuam a acontecer, principalmente para atender os grandes grupos nacionais e internacionais, principalmente os europeus. Se por um lado, isto é bom para uma determinada parte da sociedade brasileira, por outro, é excludente. Ainda que os investimentos do PRODETUR/BA tenham melhorado a infraestrutura e o crescimento do setor de serviços, como afirma Silva (2006), não é raro encontrar ao longo de toda a orla do Extremo Sul da Bahia funcionários sem carteira assinada, barracas sem local para escoar seus resíduos, falta de coleta de lixo. Dessa forma, os problemas de ordem legal referentes aos trabalhadores e ao meio ambiente continuam presentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É cristalino que a atividade turística tem uma grande importância social e econômica no Extremo Sul da Bahia. No entanto, sua dinâmica deve estar inserida num contexto maior, que é o planejamento territorial de todos os municípios que podem utilizar de seus atrativos naturais e históricos como fonte de geração de emprego e renda. É preciso buscar uma equidade na divisão dos recursos, pois, ao contrário não se chegará ao desenvolvimento regional.

O planejamento para o turismo no Extremo Sul da Bahia deve abolir duas das suas principais características: ser um evento setorial e excludente. A população dos municípios tem o direito de participar e escolher o que elas querem e o que não querem do turismo em seus territórios. Espera-se que a inclusão da população na concepção do planejamento e organização do turismo, possa contribuir para reduzir os impactos provenientes do desenvolvimento da atividade turística. Por outro lado, os municípios e suas populações devem encontrar outras possibilidades de incrementar sua economia; o turismo não deve ser visto como o único caminho para o desenvolvimento, isso seria incorrer num risco muito grande, tendo em vista que este setor econômico é controlado por grandes empresas que não têm compromisso social e moral com o território e a sociedade.

Evidentemente, não se tem a pretensão aqui de esgotar o tema no recorte empírico selecionado. Pelo contrário, trata-se de abrir para novas discussões, proposições, caminhos que podem ser seguidos e discutidos, sobretudo, para que se tenha um melhor entendimento da temática na região estudada. Por outro lado, as discussões aqui apresentadas não deixam de ser uma referência para que outras obras científicas possam ser produzidas, visto que ainda é incipiente o debate científico no Extremo Sul da Bahia sobre a dinâmica do seu turismo; ao contrário, são os discursos políticos e econômicos que monopolizam o debate.

## AGRADECIMENTO

Ao CNPQ, que através da bolsa foi possível desenvolver a pesquisa no doutorado e gerar diversos artigos sobre a dinâmica do Extremo Sul da Bahia.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA; II COLÓQUIO LATINO AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, *Anais...* Curitiba, 2002. p.01-21.

BAHIA. **Plano de Referência Urbanística da Zona Turística de Porto Seguro – PRUA**, Urplan, 1997.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas (SP): Papyrus, 1995.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2000.

BRUNELLI, L.H. Turismo de massa e patrimônio cultural: reflexões sobre o caso de Porto Seguro Bahia. In: MESQUITA FILHO, O.P. (org.). **Turismo em Porto Seguro – BA**: aspectos. Itabuna/Ilhéus: Via Litterarum, 2006. p.65-73.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERQUEIRA NETO, S.P.G. Uma nova urbanização para a Costa do Descobrimento – litoral do Extremo Sul Baiano. In: I SEMINÁRIO TEMÁTICO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ;

XX SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, **Anais...** Londrina (PR), 2005.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Matrizes da geografia cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORIOLOANO, L.N.M.T.; SILVA, S.C.B.M. **Turismo e geografia: abordagens críticas.** Fortaleza: Ed. UECE, 2005.

CRUZ, R.C.A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, A.I.G. (org.). **Turismo: impactos socioambientais.** São Paulo: Hucitec, 1999.

FONTES, E.O. **Organização do espaço e desenvolvimento regional no Extremo Sul da Bahia: os segmentos produtivos da celulose e do turismo.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia) Aracajú. UFS/NPGeo.

GEORGE, P. **Geografia da população.** Tradução: Miguel Urbano Rodrigues. São Paulo: Difel, 1974.

GUPTA, A.; FERGUNSON, J. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A.A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas (SP): Papirus, 2000. p. 30-47.

HISSA, C.E.V. Introdução ao estudo da dinâmica espacial da população: perspectivas teóricas. **Revista Geografia e Ensino**, v.5, n.1, p. 7-12, 1993.

MARTINE, G. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.** Campinas: UNICAMP, 1996. p.21-41.

MENDONÇA JÚNIOR, É.P.; GARRIDO, I.M.D.A.; VASCONCELOS, M.S.M. **Turismo e desenvolvimento sócio-econômico: o caso da Costa do Descobrimento Bahia-Brasil.** Salvador: Omar G., 2000.

MOESCH, M.M. **A produção do saber turístico.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

NUNES, E.J.F. **Ordenação do território e desenvolvimento regional sustentável no Extremo Sul da Bahia 1960 – 2000.** 2002. Tese (doutorado em Geografia). Barcelona: Universidade de Barcelona.

ROSS, J.L.S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento.** São Paulo: Contexto, 1997.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 1982.

SIRKIS, A. **Ecologia urbana e poder local.** Rio de Janeiro: Fundação Ondazul, 1999.

SILVA, L.T. **Cultura, turismo e identidade local: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo – Trancoso, Porto Seguro, Bahia.** 2006. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Ilhéus – BA: UESC.

SILVA, S.B.M. Formação de uma região dinâmica: o exemplo do Extremo Sul da Bahia. In: BENEDICTO, J.L.L.; SPINOLA, N.D. (coord.) **Desarrollo Regional.** Barcelona (Espanha): Universitat de Barcelona, 2001. p.51-57.

SILVA, S.C.B.M.; SILVA, B.C.N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** Salvador: UFBA, 2003.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: gestão e marketing.** São Paulo: Aleph, 2000.

YÁZIGI, E. **Turismo: uma esperança condicional.** 2.ed. São Paulo: Global, 1999.